

Relatório e Contas 2025

Fundo de Pensões Sugalidal

Entidade Gestora:
VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Índice

1. Evolução da economia internacional.....	3
2. Âmbito.....	6
3. Atividade do fundo.....	6
4. Evolução da estrutura da carteira de investimento.....	7
5. Rentabilidade e Risco.....	8
6. Financiamento do plano de pensões.....	9
7. Demonstrações financeiras.....	10
8. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	11

1. Evolução da economia internacional

Situação Económica

O ano de 2025 ficou marcado por um contexto económico global de crescimento moderado, desinflação gradual e elevada incerteza geopolítica, destacando-se o tema da incerteza e das tarifas aduaneiras. De regresso à presidência dos Estados Unidos da América, Donald Trump deu início a uma "guerra comercial" com o resto do mundo, em particular com a China, com o objetivo de reindustrializar a economia americana e preservar a hegemonia do país. O endurecimento da política externa americana levou ao enfraquecimento da NATO e à adoção de medidas por parte dos países europeus no sentido de reforçarem significativamente a sua autonomia militar e de defesa. Embora estes desenvolvimentos tenham conduzido a um aumento significativo da incerteza política a nível mundial, acabaram por ter um impacto reduzido no crescimento económico e nos mercados financeiros. O crescimento mostrou-se bastante resiliente e os mercados registaram um bom desempenho global, apesar do já referido agravamento dos desequilíbrios macroeconómicos e do aumento dos riscos financeiros.

Em 2025, a economia global manteve um crescimento moderado, com uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,3% (em 2024, o crescimento foi de 3,3%), condicionada por um maior protecionismo e incerteza. Apesar das tensões comerciais, a atividade mostrou resiliência e o crescimento efetivo superou as expectativas iniciais, graças a políticas monetárias e orçamentais acomodáticas e ao aumento do investimento no setor tecnológico, nomeadamente na área da inteligência artificial (IA).

A economia dos Estados Unidos da América registou um ligeiro abrandamento, com um crescimento do PIB de 2,1% em 2025, face aos 2,8% registados no ano anterior. Algumas medidas da nova administração – como o aumento das tarifas aduaneiras, as restrições à imigração que afetaram o mercado de trabalho e o bloqueio parcial do governo federal durante mais de seis semanas - tiveram efeitos negativos sobre a atividade económica, efeitos esses compensados pelo forte dinamismo do investimento empresarial no setor tecnológico.

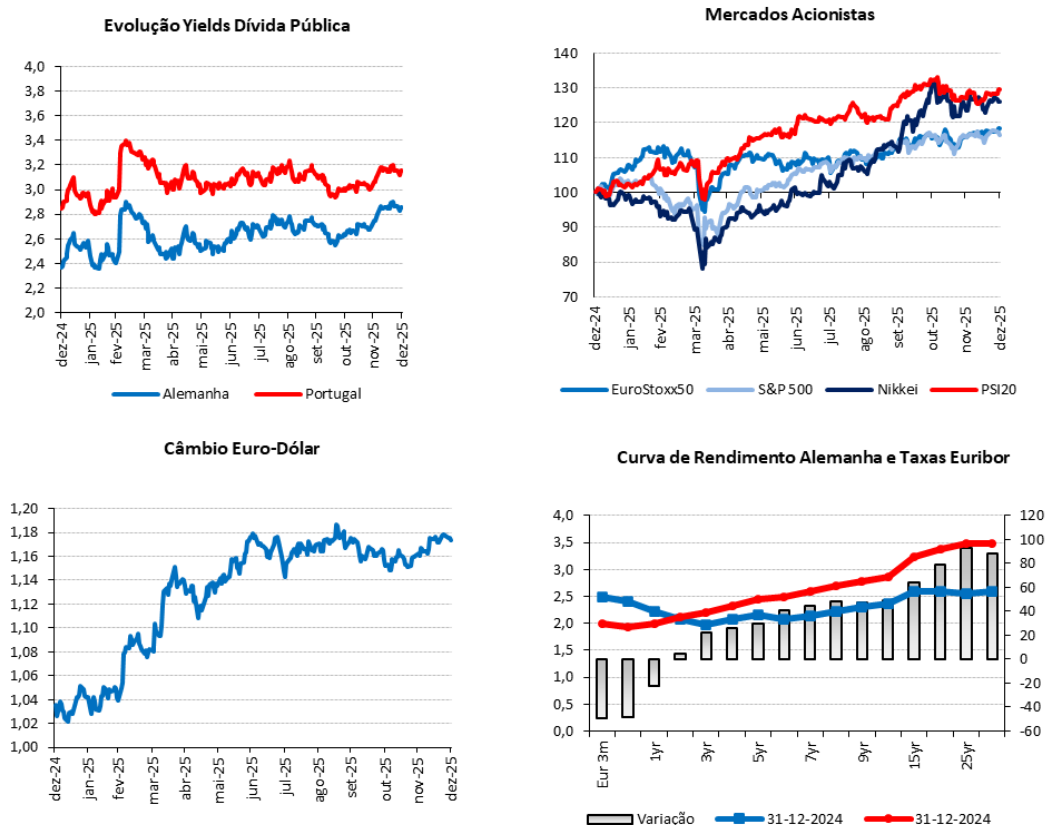
Apesar das incertezas, a economia da zona euro manteve um ritmo de crescimento moderado, com o PIB a registar um aumento de 1,4% (face a 0,9% no ano anterior). As diferenças de crescimento entre os países da zona euro foram significativas e explicam-se, em parte, pelas especializações setoriais (turismo versus indústria), combinadas com o apoio do plano de recuperação europeu, que beneficiou principalmente os países do sul (Espanha, Itália, etc.). A economia portuguesa registou um crescimento do PIB de 2,0% em 2025 e superou novamente o crescimento europeu, impulsionado sobretudo pela procura interna (2024: 2,1%). O mercado de trabalho manteve-se resiliente, com criação de emprego e redução gradual do desemprego. A economia chinesa deverá crescer cerca de 5% em 2025 (o valor idêntico ao registado em 2024), apesar das barreiras comerciais impostas pelos EUA, tendo inclusive atingido um excedente comercial recorde. O país conseguiu ganhar competitividade ao redirecionar exportações, baixar os preços e manter a moeda desvalorizada. Internamente, continua a enfrentar fragilidades devido ao mercado imobiliário e à elevada poupança das famílias.

As taxas de inflação permaneceram moderadas em 2025, beneficiando sobretudo da forte queda do preço do petróleo (cerca de 20%) e, conseqüentemente dos preços da energia. Analisando a economia global, a inflação apresentou uma descida de 3,3% para 2,7%. Na zona

euro, a inflação recuou de 2,4% em 2024 para 2%. Esta descida foi suportada pela valorização da moeda única face ao dólar e por uma normalização gradual das pressões existentes ao nível da estrutura de custos das empresas. Nos Estados Unidos, a inflação manteve-se ligeiramente acima da europeia, apesar de ter recuado de 2,9% no ano passado para 2,8% em 2025. A subida das tarifas comerciais teve ainda um efeito limitado no índice de preços, salientando-se sobretudo a persistência de pressões inflacionistas no setor dos serviços. E Portugal, o índice de preços acompanhou a tendência europeia de descida e deverá encerrar 2025 nos 2,2% face a 2,0% período homólogo.

Um pouco por todo o mundo, as políticas económicas foram favoráveis ao crescimento económico, quer através de políticas orçamentais acomodáticas e da continuação da flexibilização monetária por parte principais bancos centrais. Em 2025 os governos de muitos países apresentaram défices públicos significativos em 2025: Nos EUA, apesar dos cortes anunciados na despesa pública e do aumento da receita através das tarifas aduaneiras, o défice das contas públicas permaneceu elevado representando 6% do PIB; na zona euro, as trajetórias divergiram. A Alemanha, rompeu com a ortodoxia e anunciou um plano de infraestruturas de no valor de 500 mil milhões de euros para os próximos 12 anos, bem como um aumento da despesa em defesa. Em França, o défice recuou ligeiramente de 5,8% do PIB em 2024 para cerca de 5,4% em 2025, mas a instabilidade política travou o ajustamento. Nos países do Sul, os défices diminuíram graças a um crescimento mais forte.

No plano monetário, o Banco Central Europeu (BCE) cortou as taxas de juro em 100 pontos base no primeiro semestre, diminuindo a taxa de referência para 2%. A Reserva Federal dos EUA manteve as taxas de juro inalteradas oito meses e, no outono, reduziu-as 75 pontos base para 3,75%, sob forte pressão política. Em contraciclo, o Banco do Japão aumentou as taxas de juro por duas vezes, fixando-as em 0,75%.



Mercados Financeiros

O ano de 2025 voltou a ser bastante positivo para a maioria dos ativos financeiros. Embora anúncio do dia de libertação anunciado por D. Trump em abril tenha provocado um episódio de tensão em abril, o presidente americano acabou por recuar parcialmente, tranquilizando os mercados, que rapidamente retomaram a trajetória de subida.

Os metais preciosos tiveram mais um ano excepcional, com a cotação do ouro a disparar 64% e a atingir um novo recorde: 4.341 dólares por onça no final de dezembro. Esta forte valorização reflete, no entanto, o nervosismo dos investidores face à acumulação de riscos: financeiros, inflacionistas e geopolíticos. Ainda assim, em 2025 os mercados financeiros ignoraram em grande medida, estes riscos, com os índices acionistas a registarem subidas significativas ao longo do ano.

Nos Estados Unidos, a valorização do S&P 500 em 16,4% em 2025 (2024: 23,3%) deve-se em grande medida ao entusiasmo em torno da inteligência artificial (IA) e à retoma dos cortes nas taxas de juro diretas. Nem o lançamento, pela China, no início do ano, de um modelo de IA concorrente, nem os receios de sobreavaliação dos títulos ligados à IA, nem os incumprimentos relevantes no mercado da dívida privada perturbaram verdadeiramente os mercados norte-americanos.

Na Europa, pelo contrário, foi a forte recuperação das ações do setor financeiro, sobretudo nos países do sul, que mais contribuiu para o desempenho do EuroStoxx, que subiu 21,2% no ano (2024: 6,6%). Os índices bolsistas espanhol (Ibex 35), italiano (FTSE MIB) e português (PSI) avançaram 49,3%, 31,5% e 29,6%, respetivamente. Na Alemanha, o DAX subiu 23%, superando largamente o CAC 40 francês, que registou uma subida de 10,4%. A superioridade dos mercados acionistas europeus foi ainda mais acentuada tendo em conta a desvalorização do dólar, que perdeu 11,8% face ao euro ao longo do ano, reduzindo o retorno das ações americanas uma vez convertidas em euros. O índice MSCI Mercados Emergentes valorizou 33,6%, acima do desempenho do mercado chinês (subida de 17,8% no índice CSI300).

As taxas de juro registaram uma subida ao longo do ano, impulsionadas pelo aumento da despesa pública. O rendimento a 10 anos da dívida alemã subiu 49 p.b. para 2,85%, enquanto para a dívida nacional subiu 30 p.b. para 3,15%. Por seu turno, o rendimento da dívida pública francesa a 10 anos aumentou 37 p.b. para 3,56%, com França a financiar-se agora a taxas de juro superiores às da Itália e equivalentes às das empresas europeias com notação de rating “*investment grade*”. A dívida pública francesa foi rebaixada pelas agências de notação S&P e Fitch e continua a ser motivo de preocupação persistente, devido à instabilidade política e à dificuldade em equilibrar as contas públicas. O índice Bloomberg de Obrigações Soberanas Euro subiu 0,7%, enquanto o índice iBoxx de Obrigações de Empresas Euro subiu 3%.

2. Âmbito

O Fundo de Pensões SUGALIDAL, foi criado por escritura pública em 16 de março de 1989 e tem por objetivo o financiamento do plano de pensões instituído pelo associado SUGALIDAL – Indústrias de Alimentação S.A..

Em 2012, o plano de pensões de benefício definido foi alterado para um plano de contribuição definida abrangendo todos os participantes, à exceção: dos ex-participantes com direitos adquiridos e que se encontravam na situação de desemprego de longa duração, assim como os participantes que nessa data tivessem idade igual ou superior a 57 anos, e que se manterão abrangidos nos termos do anterior plano de benefício definido.

Nome do Fundo	Fundo de Pensões Sugalidal
Associado	SUGALIDAL – Indústrias de Alimentação, S.A.
Plano de Pensões	Misto

3. Atividade do fundo

A política de investimentos do Fundo foi mantida e pode ser caracterizada como conservadora, uma que vez que prevê uma exposição máxima ao mercado acionista de 40% com um valor central de 20%. As principais classes de ativos são as seguintes:

TIPO DE APLICAÇÃO POR RISCO DE MERCADO	Valor mínimo	Valor central	Valor máximo
Mercado Monetário	0%	5%	10%
Mercado Acionista	0%	20%	40%
Mercado Obrigacionista	52,5%	67,5%	98%
Outros Ativos (*)	0%	7,5%	15%

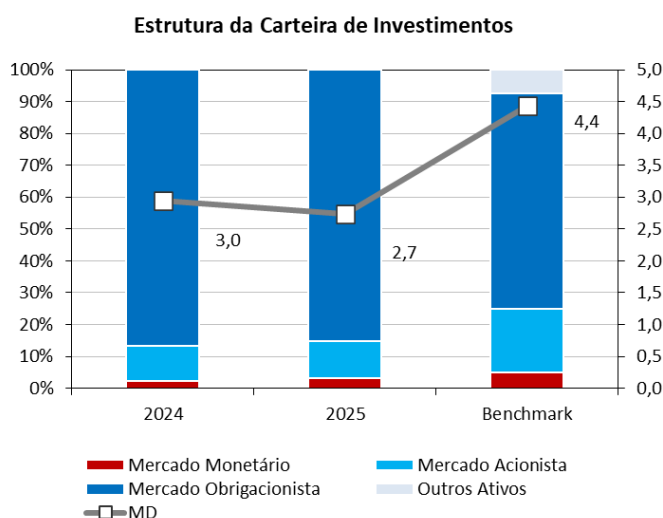
(*) Nomeadamente, fundos de investimento imobiliários, Hedge Funds e outros investimentos alternativos permitidos por lei

O património do Fundo no final do presente exercício era de 1,41 milhões de euros (2024: 1,43 milhões de euros), o que face ao ano anterior representa uma descida de 1,8%. As contribuições foram de 310 euros (2024: 720 euros) e referem-se a entregas próprias de colaboradores do plano de contribuição definida. Os pagamentos realizados pelo Fundo relativos a benefícios totalizaram 64 mil euros (2024: 54 mil euros).

4. Evolução da estrutura da carteira de investimento

Em 31 de dezembro de 2025 a estrutura da carteira de investimentos era a seguinte:

ATIVO	2025	2024	Carteira Objetivo
Mercado Monetário	3,1%	2,3%	5,0%
Mercado Acionista	11,8%	10,9%	20,0%
Mercado Obrigacionista	85,1%	86,8%	67,5%
Outros Ativos	0%	0%	7,5%
Duração Modificada	2,7	3,0	4,4



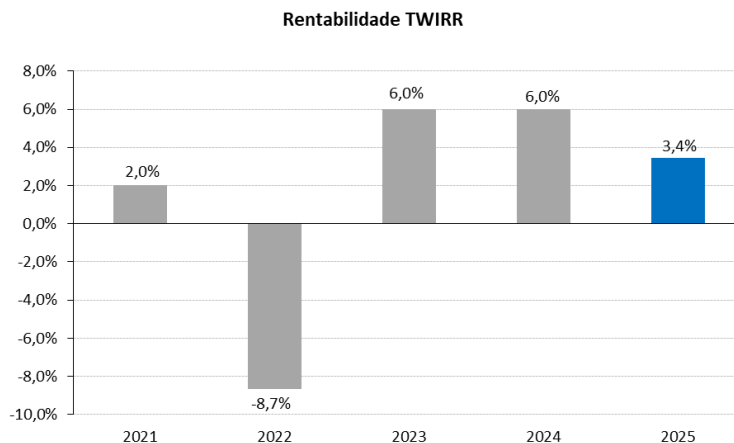
Durante o ano de 2025, num contexto de instabilidade geopolítica, os mercados apresentaram alguma volatilidade, mas mantiveram desempenhos positivos e atrativos. O mercado de obrigações também registou uma evolução positiva, graças ao apoio da política monetário. Desta forma, a gestão manteve uma estratégia conservadora, com o claro objetivo de gerar rendimento sem um aumento anormal do respetivo risco.

A carteira apresentou a seguinte evolução:

- Reforço moderado no Mercado Monetário (+0,8%) e Acionista (+0,9%), para 3,1% e 11,8% respetivamente.
- Redução ligeira na Classe de Ativos Obrigações (-1,7%), mantendo-se a classe dominante da carteira.
- Exposição a Outros Ativos permanece nula, sem alteração face a 2024.
- Diminuição da duração de 3,0 para 2,7 (-0,3), refletindo uma postura mais defensiva face a variações de taxas de juro.

5. Rentabilidade e Risco

A rentabilidade do Fundo (TWIRR¹) bruta de encargo de gestão foi em 2025 de 3,4% (2024: 6,0%).



O ano de 2025 ficou marcado pela turbulência da economia mundial, com uma desaceleração, inflação persistente e impacto das guerras comerciais. Ainda assim, a descida das taxas de juro nos EUA, a resiliência da economia mundial, os bons resultados empresariais e o impulso do setor tecnológico contribuíram para um bom desempenho das principais classes de ativos.

Medidas Rentabilidade	2025	2024
Rentabilidade TWIRR Fundo	3,4%	6,0%
Rentabilidade Benchmark	5,3%	3,4%
DESVIO	-1,9%	2,6%
Medidas Risco		
Risco ² Fundo	2,6%	1,9%
Risco Benchmark	3,1%	3,7%
DESVIO	-0,5%	-1,8%

O mercado de ações apresentou um desempenho muito positivo durante o ano de 2025. O índice europeu EuroStoxx valorizou 21,2% e o índice norte-americano S&P 500 subiu 16,4%. Esta classe de ativos contribuiu para a rentabilidade do fundo com 0,8%. No que se refere ao mercado de obrigações, o índice de obrigações de empresas iBoxx Corporate subiu 3,0% no ano, enquanto o índice Bloomberg de Obrigações do Governo Euro valorizou 0,7%. Assim, o contributo do investimento em obrigações soberanas para o retorno anual do fundo foi de 0,2%, enquanto o investimento em obrigações de empresas contribuiu com 2,9%. Cumulativamente, a classe de ativos "Obrigações" foi o principal fator de valorização do fundo, tendo gerado um rendimento de 3,0% no ano.

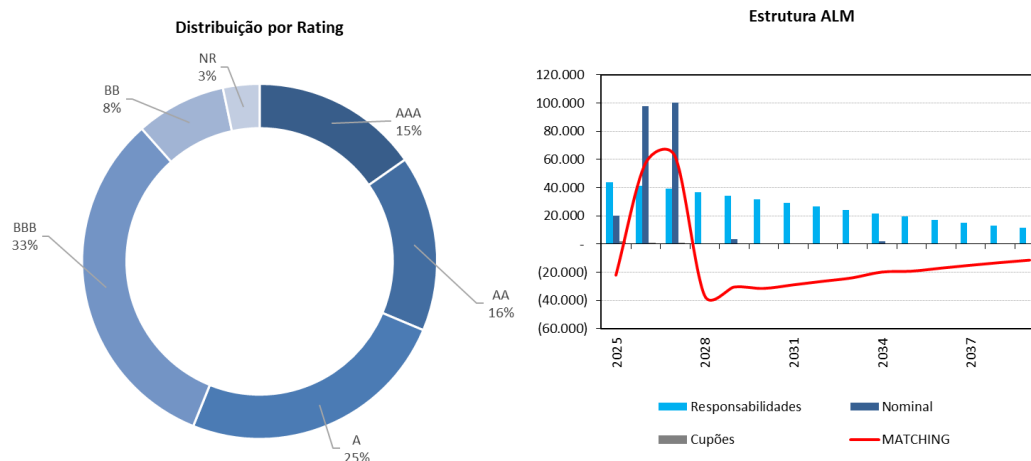
¹ TWIRR: Time Weighted Internal Rate of Return

² O Risco é medido como o Desvio padrão anualizado das rentabilidades mensais;

Os principais riscos a que o Fundo está exposto são os riscos do mercado acionista, o risco de taxa de juro e o risco de crédito. O perfil de risco do Fundo a 31.12.2025 pode ser classificado como conservador atendendo à alocação de ativos existentes.

No final do ano a Duração Modificada do Fundo era de 2.7, enquanto 88,4% dos ativos do Fundo possuem notação de rating superior ou igual a BBB.

O Fundo não investe em produtos derivados, operações de reporte ou empréstimos de valores.



6. Financiamento do plano de pensões

No quadro abaixo indica-se o nível de financiamento das responsabilidades do Fundo.

Avaliação Atuarial	2025	2024
Responsabilidade por serviços passados	297.221,83	312.799,61
Ativos	0,00	0,00
Pensionistas com pensões em pagamento	297.221,83	312.799,61
Valor da quota-parte de Benefício Definido	1.039.995,47	1.057.405,22
Rácio de Financiamento (pensionistas)	350%	338%
Rácio de Financiamento (ativos)	n.a.	n.a.

7. Demonstrações financeiras

Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2025 e 31.12.2024:

Unidade monetária: Euros

Notas		2025	2024
	Ativo	1.408.798,20	1.435.265,18
	Investimentos	1.399.128,36	1.423.395,80
3	Instrumentos de capital e unidades de participação	1.201.660,33	1.209.776,82
3	Títulos de dívida pública	78.669,61	97.136,81
3	Outros títulos de dívida	96.981,49	95.032,49
3	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	21.816,93	21.449,68
	Outros ativos	9.669,84	11.869,38
	Devedores	9.512,40	11.297,54
	Estado e outros entes públicos	0,00	0,34
3,10	Depositários	9.512,40	11.297,20
3	Acréscimos e diferimentos	157,44	571,84
	Passivo	297,36	332,20
	Credores	297,36	332,20
3	Entidade gestora	3,10	7,20
3	Estado e outros entes públicos	294,26	325,00
	Valor do fundo	1.408.500,84	1.434.932,98
	Valor da Unidade de Participação	6,14175	5,98278

Demonstração de Resultados em 31.12.2025 e 31.12.2024:

Unidade monetária: Euros

Notas		2025	2024
8	Contribuições	310,00	720,00
9	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	-64.285,72	-54.278,32
6	Ganhos líquidos dos investimentos	40.739,48	70.732,47
6	Rendimentos líquidos dos investimentos	13.002,58	15.306,59
	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,46
7	Outras despesas	-16.198,48	-13.109,94
	Resultado líquido	-26.432,14	19.371,26

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2025 e 31.12.2024:

Unidade monetária: Euros

	2025	2024
Atividades operacionais		
Contribuições	310,00	720,00
Participantes	310,00	720,00
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	64.285,72	44.972,20
Pensões pagas	44.972,20	44.972,20
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	8.241,13	0,00
Capitais vencidos	11.072,39	0,00
Vencimentos	11.072,39	0,00
Transferências	0,00	9.306,12
Para fundos de pensões	0,00	9.306,12
Remunerações	12.155,78	12.109,48
De gestão	10.736,35	10.701,19
De depósito e guarda de ativos	1.419,43	1.408,29
Outras despesas	4.139,99	666,50
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	-80.271,49	-66.334,30
Atividades de investimento		
Recebimentos	120.638,77	362.420,26
Alienação / reembolso dos investimentos	105.374,21	358.268,56
Rendimentos dos investimentos	15.264,57	4.151,70
Pagamentos	40.000,04	280.000,00
Aquisição de investimentos	40.000,04	280.000,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	80.638,74	82.420,26
Variações de caixa e seus equivalentes	367,25	16.085,96
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	0,00	0,00
Caixa no início do período de reporte	21.449,68	5.363,72
Caixa no fim do período de reporte	21.816,93	21.449,68

8. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões SUGALIDAL é um fundo fechado e foi criado por escritura pública em 16 de março de 1989 com o objetivo de financiar o plano de pensões instituído pelo associado SUGALIDAL – Indústrias de Alimentação SA. O Fundo foi constituído por tempo indeterminado e é gerido pela VICTORIA Seguros de Vida, SA.

O plano de pensões de benefício definido foi alterado para contribuição definida para todos os participantes à exceção dos atuais ex-participantes com direitos adquiridos na situação de desemprego de longa duração, bem como os participantes que à data da presente alteração tenham idade igual ou superior a 57 anos que não tenham formulado por escrito a opção que lhes foi facultada de serem transferidos para o plano de contribuição definida, os quais se manterão abrangidos nos termos do atual plano de pensões de benefício definido. O plano de benefício definido abrange os atuais beneficiários do fundo com pensões em pagamento, ficando igualmente salvaguardada a atribuição das pensões de reforma aos futuros beneficiários, nos termos estabelecidos no atual plano de pensões de benefício definido. Adicionalmente o património afeto ao Fundo à data de alteração deste contrato responderá, em primeiro lugar, pela responsabilidade com os benefícios garantidos aos participantes, ex-participantes com direitos adquiridos e beneficiários abrangidos pelo plano de pensões de benefício definido. A responsabilidade com os benefícios garantidos aos participantes corresponderá ao valor atual das responsabilidades por serviços passados calculado com base no plano de pensões de benefício definido.

A gestão do Fundo, ao nível da política de investimentos e riscos assumidos não sofreu alterações relevantes.

Nota 2 – Base de Mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras e políticas contabilísticas utilizadas

- Bases de Apresentação: No âmbito do disposto da Norma Regulamentar n.º7/2010 o regime contabilístico deve atender aos princípios gerais estabelecidos na International Accounting Standard (IAS) 1, nomeadamente os de apresentação apropriada, continuidade, regime contabilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa. Adicionalmente, os ativos, passivos, rendimentos e gastos decorrentes da atividade dos fundos de pensões devem ser reconhecidos em contas patrimoniais da entidade gestora.
- O Conselho de Administração da Sociedade Gestora procedeu à avaliação da capacidade do Fundo para operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora concluiu que o Fundo dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

- Reconhecimento e Mensuração: Ativos Financeiros: Devem ser adotados os princípios estabelecidos na Norma Regulamentar n.º9/2007, que definem que os ativos que compõem o património do Fundo devem ser avaliados ao seu justo valor. Os ativos cotados, serão valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte: i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização; ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos serão valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda difundidos através do sistema de informação Bloomberg. Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos serão valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor); iii) As Unidades de Participação em Fundos de Investimento serão valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização; iv) Os depósitos e instrumentos representativos de dívida de curto prazo serão valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;
- Rendimentos: Os rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, exceto no caso de dividendos de ações que são reconhecidos quando recebidos.
- As mais e menos - valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações refletidas na demonstração dos resultados, correspondem à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data da sua aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição corrigido pelas mais e menos - valias potenciais geradas após a sua aquisição.
- As mais e menos - valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano, ou face ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.
- Contribuições: As contribuições efetuadas para o Fundo são reconhecidas quando recebidas.
- Comissões: As comissões suportadas pelo Fundo são reconhecidas no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento.
- Pensões pagas: As pensões são reconhecidas no momento em que são devidas, sendo este momento, em regra, o mesmo no qual ocorre o seu pagamento.

Nota 3 – Inventário da Carteira de Investimentos em 31.12.2025:

Valores em Eur						
DESCRIÇÃO	MOEDA	QTD / VALOR NOMINAL	COTAÇÃO	VALIA POTENCIAL	MONTANTE GLOBAL	%
Títulos de Rend. Variável				35.767,25	1.201.660,33	85,3%
Unid. de Participação de Fundos de Invest. Mobiliário				35.767,25	1.201.660,33	85,3%
CORUM BUTLER ENTREPRISES 2029 FUND	EUR	300	111,63	275,52	33.487,68	2,4%
MGI Absolute Return	EUR	1.271	106,64	6.203,95	135.571,65	9,6%
Mercer Short Duration Global Bond Fund 1 (HEDGED)	EUR	288	117,21	1.191,25	33.726,25	2,4%
Mercer Short Duration Global Bond Fund 2 (HEDGED)	EUR	309	107,88	1.245,62	33.344,32	2,4%
BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EUR SHORT DUR BONDS	EUR	15.865	17,47	9.677,93	277.169,59	19,7%
PICTET EUR CORPORATE BONDS	EUR	1.252	204,61	6.408,04	256.083,66	18,2%
SCHRODER INT EURO CORP - XD	EUR	1.874	135,50	982,31	253.921,97	18,0%
DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	EUR	515	175,35	4.032,45	90.305,25	6,4%
Mercer Low Vol Equity Hedged	EUR	181	211,69	3.930,18	38.322,49	2,7%
BATI ACTIONS INVESTISSEMENT	EUR	1.000	37,46	1.820,00	37.460,00	2,7%
AMUNDI EURO LIQUIDITY-RATED SRI - R	EUR	114	107,65	78,51	12.267,47	0,9%
Títulos de Rend. Fixo				3.581,80	175.651,10	12,5%
Dívida Pública				1.632,81	78.669,61	5,6%
FRANCE O.A.T. 0,25% 11/25/26	EUR	80.000	98,34%	1.632,81	78.669,61	5,6%
Outros Emissores				1.948,99	96.981,49	6,9%
LBBER 0 3/4 10/25/27	EUR	100.000	96,98%	1.948,99	96.980,99	6,9%
SOCOPO 91/94 (*)	EUR	100	0,50%	0,00	0,50	0,0%
Aplicações de Curto Prazo					31.189,41	2,2%
Liquidez					21.816,93	1,5%
Juros a receber					157,44	0,0%
Regularizações					9.215,04	0,7%
VALOR TOTAL				39.349,05	1.408.500,84	100,0%

(*) Obrigações em default

Nota 4 – Regime Fiscal Aplicável aos Fundos de Pensões

A 31.12.2025 o regime fiscal aplicável aos Fundos de Pensões era o seguinte:

- **Tributação na Esfera do Fundo:** Os rendimentos do Fundo estão isentos de tributação em sede de IRC que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional.
- **Contribuições do Participante:** O Participante, poderá deduzir à coleta 20% do valor subscrito no respetivo ano, com um limite máximo de: 400 euros, se o Participante tiver idade inferior a 35 anos; 350 euros se o Participante tiver entre 35 e 50 anos e 300 euros se o Participante tiver idade superior a 50 anos. Não são dedutíveis à coleta de IRS, os valores aplicados por sujeitos passivos após a data de passagem à reforma. Notamos que estes limites integram os limites globais para os benefícios fiscais dedutíveis à coleta estabelecidos no artigo 78º, n.º 7 do Código do IRS, determinados em função do escalão de rendimentos do titular.
- **Reembolso:** O valor do benefício poderá ser recebido discricionariamente pelo Participante sob a forma de capital, renda, ou qualquer combinação das duas.
- **Benefício pago sob a forma de Rendimentos:** Tributação em sede de IRS, na categoria H, ao abrigo dos artigos 11º, 53º e 54º do Código do IRS.
- **Benefício pago sob a forma de Capital:** Tributação em sede de IRS, na categoria E, de acordo com as disposições dos artigos 14º e 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Assim, 2/5 do rendimento auferido será tributado autonomamente em IRS à taxa de

21,5%, isto é, o rendimento será tributado a uma taxa de 8% para entregas efetuadas a partir de 01.01.2006 e a uma taxa de 4% para entregas efetuadas até 31.12.2005.

Nota 5 – Riscos a que o Fundo está exposto

Seguidamente detalham-se os principais riscos a que o Fundo está exposto:

- **Risco Mercado:** Este risco caracteriza-se pela existência de movimentos adversos no valor de ativos do Fundo, relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário, intrinsecamente relacionado com o risco de *mismatch* entre ativos e responsabilidades, e incluindo ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados:
 - **Mercado Acionista:** No final do exercício a exposição a este risco era de 11,8% (2024: 10,1%), composto exclusivamente por investimento através de fundos de investimento;
 - **Risco de Taxa de Juro:** Este risco resulta de movimentos adversos nas taxas de juro subjacentes aos ativos nos quais o Fundo está investido. A 31 de Dezembro de 2025 o Fundo tinha uma exposição ao mercado obrigacionista de 85,1% (2024: 86,8%) distribuídos da seguinte forma: 72,7% em fundos de obrigações (2024: 73,4%), 12,5% em obrigações de rendimento fixo (2024: 12,0%). A Duração Modificada do Fundo era nesta data de 2.7, o que nos indica que uma subida paralela estrutura temporal das taxas de juro de 100 p.b. teria um impacto negativo no valor do Fundo de 38 mil euros;
 - **Risco de ALM (Asset Liability Management) e de Liquidez:** O risco de ALM surge de uma desadequação entre a estrutura temporal dos ativos e das responsabilidades do Fundo. Atendendo a que o Fundo avalia os seus ativos a Fair Value, a definição de uma estrutura de investimentos ALM pura teria impacto no nível de risco de taxa de juro, pelo que a duração do ativo (3.0) é inferior à do passivo (5.9), implicando uma gestão ativa deste risco. A gestão deste risco de liquidez assenta em duas vertentes: análise ALM para a componente de Benefício Definido do fundo e definição da política de investimentos. De acordo com os fluxos de caixa estimados para 2026, o Fundo deverá fazer face a saídas líquidas de 41 mil euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2025, quer através de amortizações de títulos, como através do pagamento de juros deverão gerar um fluxo de caixa de cerca de 81 mil euros. Desta forma, existirá um desvio positivo de cerca de 39 mil euros.
 - **Risco Cambial:** O Fundo detém apenas ativos denominados em euros, não existindo, portanto, risco cambial.
 - O Fundo não investe em produtos derivados, operações de reporte ou empréstimos de valores.
 - **Risco de Crédito:** Este risco surge da possibilidade de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais o Fundo está exposto, bem como de outras entidades devedoras com as quais o Fundo se relaciona. A exposição a este risco é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes a que o Fundo está exposto. A política de investimentos seguida neste contexto baseia-se em critérios de

rating de elevada qualidade. Em 2025 a qualidade média de crédito manteve-se em A.

Rating	2025	2024
AAA	16,7%	15,3%
AA	10,4%	16,0%
A	29,3%	24,8%
BBB	32,0%	32,3%
BB	8,7%	8,2%
NR	2,9%	3,3%

A mitigação do risco de mercado é efetuada através da análise de indicadores de alerta pré-definidos, que permitem à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado. Além da monitorização constante dos limites definidos pela política de investimento são utilizados os seguintes alertas:

- VaR (99% a 1 ano³): O Value at Risk médio do Fundo ao longo do ano foi de 0,22% (2024: 0,23%), o que significa que num período de 1 dia e com um grau de confiança de 95% as perdas do fundo serão inferiores a 0,22%;
- Teste de Esforço “Lehman 2008”³: Esta simulação captura o efeito caso se verificasse um acontecimento como a falência do banco Lehman em 2008. Neste caso a desvalorização estimada é de 6,6%;
- Teste de Esforço “Greece Crisis 2015”³: Este cenário simula a desvalorização caso o Mercado Português incorresse em perdas verificadas no caso do segundo bailout da Grécia que se seguiu ao referendo em 2015. Neste caso a desvalorização estimada é de 2,8%;

Nota 6 – Distribuição por categoria de Investimentos dos rendimentos, ganhos e perdas reconhecidos no período

Unidade monetária: Euros

	Rendimentos líquidos		Ganhos líquidos resultantes da valorização e da alienação ou reembolso	
	2025	2024	2025	2024
Títulos de dívida do Estado ou de Outros Emissores Públicos	621,80	1.198,73	1.532,80	1.300,80
Títulos de dívida de Emissores Privados	750,00	739,49	1.949,00	2.106,00
Unidades de Participação em FIM (Harmonizados) maiorit. de instrumentos de capital	840,00	730,00	9.782,63	27.016,50
Unidades de Participação em FIM (Harmonizados) maioritariamente de títulos de dívida	10.790,78	12.638,37	27.237,42	40.031,16
Unidades de Participação em FIM (Harmonizados) - Outros	0,00	0,00	237,63	278,01
Total	13.002,58	15.306,59	40.739,48	70.732,47

Nota 7 – Segmentação das Comissões pagas

A comissão de gestão é apurada anualmente e corresponde a 0,75% do valor do Fundo.

Rubrica	2025	2024
Comissão de Gestão	10.736,35	10.701,19
Comissão de Depósito	1.893,85	1.914,43
Honorários Atuário	3.075,00	-
Imposto Selo	493,13	493,98
Taxa de Supervisão	0,15	0,34
TOTAL	16.198,48	13.109,94

³ VaR calculado com base em 1 ano de observações históricas pelo método empírico (distribuição normal ajustada pela média e variância da amostra)

A comissão de depósito é devida à entidade custodiante do Fundo (Banco Santander Totta) de acordo com o estabelecido no contrato de Banco Depositário. Ao Fundo é cobrada mensalmente uma comissão de 0,07% (taxa anual). Adicionalmente o Fundo poderá ser cobrado pela prestação de outros serviços de custódia, conforme previsto no anexo ao referido contrato.

Nota 8 – Contribuições Previstas

Para 2025 não estavam previstas contribuições pelo associado, uma vez que as entregas mensais do associado estão a ser financiadas pela respetiva conta reserva. Os valores efetivamente entregues corresponderam a entregas próprias dos participantes. Em 2024 também não foram efetuadas quaisquer contribuições pelo associado (apenas pelos participantes).

Nota 9 – Benefícios Pagos

O Fundo procede ao pagamento de pensões de acordo com estabelecido no plano de pensões. Em 2025 o montante de pensões pago foi de 44.972 euros (2024: 44.972 euros). Os restantes benefícios pagos totalizaram 19.314 euros (2024: 9.306 euros).

Nota 10 – Depositários

Esta rubrica contém um valor a receber no balanço do Fundo no montante de 9.512 euros (2024: 11.297 euros) e que se traduz num pendente de liquidação do pagamento do dividendo do Fundo Schroders Int Euro Corp. Este dividendo é devido no dia 18/12/2025, mas seria apenas liquidado pelo banco depositário no dia 2/1/2026.

Nota 11 – Eventos Subsequentes

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2025.

VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

9. Certificação Legal de Contas

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões SUGALIDAL ("Fundo"), gerido pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total do ativo de 1.408.798 euros e um valor do Fundo de 1.408.501 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 26.432 euros), as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões SUGALIDAL em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Companhia pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Companhia é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Companhia é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão da Companhia do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, emitida pela ASF, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento do Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de abril de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220